

Reunião ordinária

Data: 2020-09-28

Início: 14.30 horas

Local: Cidade de Tomar, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho

Termo: 16.53 horas

Presenças:

Presidente	Anabela Gaspar de Freitas
Vereadores	José Manuel Mendes Delgado
	Hugo Renato Ferreira Cristóvão
	Célia Maria Nunes Azevedo Bonet
	Filipa Alexandra Ferreira Fernandes
	Luís Manuel Monteiro Ramos
	Hélder Duarte Henriques

Secretária da reunião – Avelina Maria Lopes Leal

Da Ordem do Dia constavam os seguintes assuntos:

APROVAÇÃO DE ATAS

BALANCETE

PROPOSTAS:

PROPOSTAS DA PRESIDENTE:

N.º 01 – ACORDO DE FINANCIAMENTO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE PÚBLICO ESSENCIAIS NO MEDIO TEJO (setembro a dezembro de 2020) (4038/ENTE/DAJA/2020 - 5/ENTEXT/PR/2013)

N.º 02 – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM O INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS E A DIREÇÃO-GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL (4149/ENTE/DAJA/2020- 9/ORGFUN/PR/2013)

PROPOSTAS DOS VEREADORES DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA:

N.º 03 – CRIAÇÃO DE UM OBSERVATÓRIO DA ECONOMIA TOMARENSE (19/PPRC/DAJA/2020 - 48/DIVER/DAAOA/2013)


N.º 04 – APOIO AO COMÉRCIO LOCAL ATRAVÉS DA CRIAÇÃO DE LOJAS ONLINE (18/PPRC/DAJA/2020 - 48/DIVER/DAAOA/2013)



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

INFORMAÇÕES: -----
INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE:-----
N.º 05 – COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADAS POR DELIBERAÇÃO DE 25 DE OUTUBRO DE 2017 (47/PPRC/PR/2020)-----
INFORMAÇÃO DO VEREADOR HUGO CRISTÓVÃO: -----
N.º 06– ESTATÍSTICAS DO GABINETE MÉDICO-VETERINÁRIO 2020 (1/RELA/VHC/2020)
DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS: -----
N.º 07 – EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA DA RUA CORREDOURA DO MESTRE – Conta final (156/EMPR/DOM/2020 - 241/CONPUB/DOM/2017) -----
DIVISÃO DE ASSOCIATIVISMO, DESPORTO E JUVENTUDE:-----
N.º 08 – REDUÇÃO NO VALOR DA RENDA DO PAVILHÃO DA NABÂNCIA (4070/ENTE/DAJA/2020)-----
DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, INTERVENÇÃO SOCIAL E AMBIENTE:-----
N.º 09 – CARACTERIZAÇÃO ESCOLAR – ANO LETIVO 2020/2021 (10/ESPP/DEISA/2020)
DIVISÃO DE TURISMO E CULTURA:-----
N.º 10 – PREÇO DE VENDA DO LIVRO ALDEIAS E LUGARES DE TOMAR (78/PGEN/DTC/2020 - 8/DIVER/DTC/2014) -----
DIVISÃO FINANCEIRA: -----
N.º 11 – EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO E07 DO COMPLEXO CULTURAL E MUSEU DA LEVADA – revogação da decisão de contratar (21/CPUB/DF/2020 – 35/CONPUB/DOM/2019) -----
N.º 12 – EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇOS EXTERIORES DA AVENIDA CORONEL GARCÊS TEIXEIRA E DA AVENIDA DR. AURÉLIO RIBEIRO – procedimento de contratação (44/CPUB/DF/2020 – 23/CONPUB/DOM/2019)-----
Sendo catorze horas e trinta minutos, a Sra. Presidente declarou aberta a reunião e deu início ao “Período de Antes da Ordem do Dia”, tendo sido aprovado o seguinte voto de congratulação e proferidas as seguintes intervenções:-----
VOTO DE CONGRATULAÇÃO AO INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR -----
Deliberação tomada em minuta: Conhecidos que são os resultados da colocação de estudantes na primeira fase do concurso nacional de acesso ao ensino superior, regista-se o aumento de aproximadamente catorze por cento nas colocações no Instituto Politécnico de Tomar, comparativamente com o ano anterior.-----
De acordo com os dados da Direção Geral do Ensino Superior, o Instituto Politécnico de Tomar



Q.

99

teve uma taxa de ocupação de vagas de 38% das 562 vagas disponíveis para o primeiro ano (213 estudantes).-----

Em relação aos Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CTeSP), numa altura em que ainda decorre a segunda fase de candidaturas, verifica-se um aumento de 27% de candidaturas admitidas face ao número de alunos em fase idêntica do ano letivo transato.-----

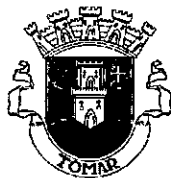
Verificou-se também o aumento de candidaturas em cursos especiais, transferência de cursos, maiores de 23 anos, reingressos e estudantes internacionais. No novo curso de acesso ao ensino superior para diplomados de vias profissionalizantes, 40 candidatos escolheram o Instituto Politécnico de Tomar.-----

Perante estes números, animadores, a Câmara Municipal de Tomar, reunida no dia 28 de setembro de 2020, aprovou, por unanimidade, um voto de congratulação pelos alunos que escolheram o Instituto Politécnico de Tomar para estudar e pelos números alcançados nesta primeira fase. -----

O Sr. Vereador Hugo Cristóvão começou por referir que, durante o mês de outubro, vão estar abertas as candidaturas para atribuição de bolsas de estudo a alunos do concelho de Tomar que frequentam o ensino superior, de acordo com as regras que se encontram publicitadas no site institucional da Câmara Municipal.-----

O Sr. Vereador Hélder Henriques deu nota que, no âmbito da Unidade de Serviços Urbanos e Jardins, decorrem os trabalhos de beneficiação e consolidação da encosta da Escola Básica Raúl Lopes, de corte de relva e remoção de ervas na envolvente da Igreja de Santa Maria dos Olivais e de manutenção da zona da Choromela, iniciando-se na próxima semana intervenção no espaço envolvente da Universidade Sénior. Referiu que, entre os dias doze e dezasseis de outubro, irá decorrer uma ação de desratização e desbaratização na área urbana. -----

O Sr. Vereador José Delgado reportou que acabaram de constatar um cheiro imenso a águas residuais no cruzamento da rua dos Moinhos com a rua de São João, que invadia também o restaurante onde se encontravam, questionando se já há conhecimento da situação e se, como desconfia, estará relacionada com a existência de sistemas unitários de águas residuais e pluviais; não se verificaram chuvadas intensas e a situação deve ser avaliada, inspecionada e monitorizada para saber o que está a causar este incómodo a residentes, transeuntes e até aos clientes dos estabelecimentos de restauração, porque que não é nada abonatória quando, hoje, se vive muito do turismo e, felizmente, se têm restaurantes muito cheios e há atividades a decorrer. Referiu que, em Tomar, como em qualquer outro município do país, é necessário existirem instrumentos de ordenamento do território eficazes e que



100

respondam às necessidades, sem os quais não se tem espaço para evoluir e para se desenvolver, para criar riqueza e, conseqüentemente, para criar emprego e justiça social; sabem quais são as dificuldades do Plano Diretor Municipal que, há anos e anos, vem atravessando vários executivos municipais, de vários espectros políticos, e é preciso que seja aprovado; chegados quase ao termo do procedimento de revisão, as pessoas dizem que foram apanhadas de surpresa e que não conheciam algumas alterações que aconteceram; pode causar alguma exclamação, pode ter havido falta de informação e/ou falta de atenção; é um documento que não é de ninguém e, se calhar, todos partilham o entendimento de que não é o plano ideal, que é o plano possível; também sabem que os serviços municipais estão a rebentar pelas costuras para responder aos processos que estão a entrar, porque a maior parte das pessoas, e, se calhar, também a comunidade técnica, não atuaram atempadamente; neste momento, se não reagirem, algumas pessoas vão perder a oportunidade de poder fazer a sua casa em determinados locais; gostariam que estes cidadãos que tinham expectativas para os espaços que eram urbanos e vão deixar o ser ainda pudessem fazer alguma coisa em termos de investimento ou de construção de habitação familiar e valeria a pena saber, de forma clara e objetiva, qual é o prazo que, em termos legais, pode ser dado aos tomarenses para ainda poderem resolver algumas situações; é uma informação que está muito difusa, os próprios serviços não sabem em concreto qual é o prazo que têm para despachar processos, e gostava que fosse definida e comunicada uma data para que as pessoas possam saber ao que vão e não venham a assumir gastos desnecessários para algo que não tenha viabilidade; a Câmara não tem que dar tudo, mas tem que ser facilitadora no procedimento, e é isso que solicitam e defendem. Questionou se a área turística de Vila Nova, na União das Freguesias de Serra e Junceira, está morta ou não, porque tem sido abordado e não sabe responder; é um empreendimento muito importante para a economia local e para o concelho; esta zona de Tomar foi sempre muito esquecida e muito condicionada em termos de construção de empreendimentos; neste momento, o Plano de Ordenamento da Albufeira do Castelo de Bode tem definido o afastamento de quinhentos metros, mas a Agência Portuguesa do Ambiente, ainda tem a ambição de aumentar para os mil metros - espera que tenha morrido, mas não viu nada nesse sentido - o que, certamente, vai matar a zona; há outros empreendimentos noutros concelhos, mas, na área de Tomar, é zero ou pouco mais do que zero; segundo lhe foi dito, poderá ser enquadrado na fase da discussão pública do Plano Diretor Municipal, mas não acredita, porque uma coisa desta dimensão ou é agarrada e assumida, ou morre, e está a matar-se a zona da albufeira do Castelo do Bode, que tem o potencial que todos conhecem.



101

Perguntou também o que se passa em relação à zona do Contador Mor, atrás do Politécnico, se vai morrer, se vai passar a zona verde ou se vai constituir um núcleo para serviços e comércio, conforme está no plano. Referiu que as pessoas estão na expectativa, que houve problemas de comunicação de ambos os lados e que precisam de saber o que podem e vão fazer para, de alguma forma, conseguir deitar a mão àquilo que for possível, o que também passa muito pela capacidade de resposta dos serviços àquilo que está a entrar e, como sabem, os serviços não estão a ter essa capacidade. -----

A Sra. Presidente reconheceu que ainda não tinha conhecimento da ocorrência reportada, mas conhece o problema e as causas estão identificadas; parte do centro histórico não tem separativos de águas pluviais e residuais e há a intenção de promover o arranjo daquela zona, conforme terá oportunidade de detalhar na reunião com os partidos da oposição, a realizar no âmbito da elaboração do orçamento para o próximo ano. Sublinhou que, ao longo das sucessivas reuniões, na abordagem do Plano Diretor Municipal, os Srs. Vereadores do PSD começaram por preconizar o adiamento do início da discussão pública e, agora, referem falta de informação, mas vem sendo aqui dito, há mais de um ano, que a proposta estava entregue na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo e que a fase seguinte era a discussão pública, e também se realizaram reuniões com os Srs. Vereadores e com os Srs. Presidentes de Junta, e outras estão marcadas, mas as pessoas não acreditaram que isso ia acontecer. Referiu que, quando dizem que este Plano Diretor Municipal não é deles querem dizer que não o iniciaram, que teve uma determinada filosofia de base que não puderam alterar e que há coisas que não poderiam alterar por força da legislação aplicável, mas a revisão do Plano Diretor Municipal é para avançar e a discussão pública terá início no dia dez de outubro; serão acolhidas todas as questões que seja possível acolher, mas não podem estar aqui, às vezes, com determinadas declarações; está certa de que todos querem evitar que haja especulação imobiliária, e, se olharem claramente para as coisas, sabem quantos empreendimentos existem no concelho que eram para ter sido concretizados em determinados momentos e nunca foram feitos e o novo Plano Diretor Municipal permite acabar com estas questões; se há investidores interessados, devem investir agora e não daqui a trinta anos. -----

Em complemento, **o Sr. Vereador Hugo Cristóvão** referiu que, no dia dez de outubro, pelas dezasseis horas, terá lugar a sessão pública de apresentação do novo Plano Diretor Municipal, mas a data concreta do início da discussão pública depende da data da publicação em Diário da República, o que deverá acontecer alguns dias depois e decorrerá durante trinta dias úteis;



9.
A

durante a discussão pública, qualquer cidadão pode obter esclarecimentos, apresentar propostas e sugestões, ou formular críticas, a partir do site, ou presencialmente na Casa Vieira Guimarães, em princípio entre as nove e as treze horas. Referiu que haverá depois uma outra sessão, mais de perguntas e respostas, e que foi ponderada a realização de outras sessões públicas, nomeadamente nalgumas Juntas de Freguesia, mas a verdade é que não têm recursos humanos e logística para as realizar, ainda mais com as atuais restrições, e que é muito mais fácil alguém ir à Casa Vieira Guimarães colocar uma qualquer questão do que fazê-lo numa sessão pública. Salientou que o Plano Diretor Municipal leva dezanove anos de discussão e que não podem continuar eternamente com isto; conforme tem vindo a sublinhar, nomeadamente junto dos Srs. Presidentes de Junta, que são elementos importantes e estão preocupados com as parcelas dos seus territórios, os órgãos municipais não podem alterar nada nesta proposta, que está fechada desde dois mil e dezasseis; a Câmara Municipal aprovou a proposta que foi entregue à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo e a última reunião da conferência decisória com as trinta entidades intervenientes ocorreu em maio de dois mil e dezassete; a proposta que vai ser presente a discussão pública é o resultado do trabalho que realizaram durante estes três anos, em que procuraram minorar as imposições daquelas entidades - uma delas é a REN no Centro Histórico, que os ocupou o último ano; foram dezenas e dezenas de reuniões com cada uma das entidades, e trabalhos complementares que foram exigidos; já depois de entregue a proposta, tiveram que ir para o terreno com a Agência Portuguesa do Ambiente identificar e dar nome a todas as linhas de água do território (em muitas delas, nunca ninguém lá viu água, mas aparecem nas cartas militares); sabe que é difícil de explicar, e de perceber, que não podem alterar nada, até porque há a ideia, nomeadamente no cidadão comum, que a Câmara pode fazer tudo, mas não é assim; a Câmara tem muito pouco poder para alterar questões de ordenamento do território, nomeadamente quando são áreas que não são da sua competência legal, como é o caso da Reserva Ecológica Nacional, da Reserva Agrícola Nacional, da Rede Natura e do Plano Especial de Ordenamento da Albufeira do Castelo do Bode, que são imposições de entidades superiores ao município em cada uma dessas matérias, para além das regras do próprio Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo. Referiu que, há pelo menos um ano, vêm chamando a atenção para o facto de a discussão pública se ir realizar; sabe que havia muito a mensagem de que não era para levar a sério, que não ia acontecer nada, desde logo porque é preciso coragem para enfrentar muitos interesses, uns mais legítimos outros menos; ocorreram e vão continuar a ocorrer pressões,



mas o ordenamento do território não pode estar sujeito a isso, até porque é suposto ser revisto em pouco tempo; formalmente, ao fim de cinco anos, o Plano Diretor Municipal pode ser novamente revisto e, em Tomar, vão ficar com cartografia nova, com documentação digital, com informação, conhecimentos e experiência adquirida que permitirá que, provavelmente até com meios internos, desde que haja vontade política, a próxima revisão ocorra passados cinco ou seis anos, revisão que poderá até ser parcial e incidir em zonas que não tenham ficado tão bem; os aglomerados urbanos, por exemplo, eram muito mais e certinhos, mas, por força das imposições da RAN, da REN e das demais matérias, em muitos deles tiveram que andar a desenhar em torno dos edifícios existentes, onde não é possível nem mais um metro de ampliação; ainda assim, vão ficar com noventa e cinco/ noventa e seis aglomerados urbanos no concelho e não se pode falar em desertificação do interior. Referiu que os exemplos que o Sr. Vereador José Delgado colocou lhe dizem logo quem é que colocou essas pressões; todos sabem quem são, o técnico do privado é sempre o mesmo, acha e diz aos seus clientes que o melhor é não acontecer nada, não percebendo que, se assim fosse, muita gente era prejudicada; há muitos particulares e entidades à espera do novo Plano Diretor para poder avançar com a resolução das suas situações, assim como grande parte das associações do concelho, que têm as suas sedes ilegais. Referiu que têm que, o mais possível, ter a discussão pública terminada no início de dezembro porque, em janeiro, entra em vigor nova legislação e, entre outras situações, se não houver revisão, caem todos os planos que não estão executados. Salientou que o Plano de Pormenor da Área Turística de Vila Nova - Serra não vai cair porque há um contrato em vigor com o município - há algumas reuniões atrás, foi aprovada pelo Executivo Municipal uma proposta de alteração a uma das normas desse contrato, atualizando as entidades envolvidas - mas, em termos genéricos, tem o prazo de cinco anos para se desenvolver, findo o qual reverte para a classificação de solos mais geral; ao contrário do que é dito, este plano de pormenor é a única área de expansão turística ainda permitida na área abrangida pelo Plano Especial de Ordenamento da Albufeira do Castelo do Bode, mas os privados não podem ficar toda a vida à espera e têm que avançar. Salientou que a zona do Contador, atrás do Instituto Politécnico, não tem nada licenciado, nem nunca teve nada programado ou contratado, estando a decorrer a apreciação de um pedido de informação prévia recentemente submetido, sendo certo que a lei não permite, e bem, licenciar em local onde as infraestruturas não estejam criadas e não permitam o desenvolvimento do investimento, precisamente para que não se esteja, como durante anos se andou a fazer, a onerar o erário público para situações que ficam mal resolvidas; atualmente,

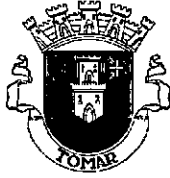


e.
[Handwritten signature]

104

a Quinta do Contador não tem essas infraestruturas para um investimento daquela dimensão e estão a tentar o mais possível albergar essa intenção. Sublinhou que foi definido o prazo até quinze de setembro para tentar dar resposta aos pedidos que dessem entrada e que esse prazo foi divulgado pela comunicação social e nos meios próprios do município tendo entrado dezenas e dezenas de pedidos de informação prévia e de licenciamento, que estão a ser analisados pelos serviços; sabem que os pedidos vão continuar a entrar, mas não podem garantir resposta nem esperar por este ou aquele caso. -----

O Sr. Vereador José Delgado referiu que, como sempre, a Sra. Presidente foi muito hábil politicamente e, com a sua eficácia política, respondeu não dizendo nada, mas transmitiu o que pretendia ao Sr. Vereador com funções delegadas na área em apreço, que foi quem mais mergulhou neste processo. Disse que a intervenção do Sr. Vereador Hugo Cristóvão foi interessante, até académica, mas têm dúvidas e gostariam de ter respostas mais concretas; está perfeitamente à vontade para abordar o assunto porque os poucos terrenos que tem são Reserva Ecológica Nacional, e não exerceu pressão nenhuma sobre o poder ou sobre as instituições para alterar a sua situação; há muita gente que está com expectativa e a informação não chegou a muita gente, e isso tem que ser ressalvado. Relativamente ao Plano de Pormenor de Vila Nova, percebeu que tudo está na mão dos promotores, e a questão que coloca é se só depende mesmo dos promotores, se é claro que vai ser uma realidade se eles quiserem e se este Plano Diretor Municipal não vai atropelar essa vontade; ficou muito satisfeito que o Sr. Vereador tenha dito que o novo plano tem esta situação acautelada e que é viável se os promotores quiserem, mas a informação que passa na freguesia é que o instrumento vai cair. Em relação à Quinta do Contador Mor, percebeu que há um processo que está em análise, que pode ou não ser viabilizado, mas aqui já depende da Câmara ou dos promotores, quer tenham, ou não instruído de acordo com as normas legais, mas, pelos vistos, havendo viabilidade, se o promotor quiser terá cinco anos para poder implementar o processo. Frisou que estas duas informações são muito claras e positivas, porque são dois complexos que o novo Plano Diretor Municipal permite que possam existir, dependendo essencialmente da vontade dos promotores e da capacidade de investimento; sabem que um instrumento desta natureza irá satisfazer uns e tirar o tapete a outros, mas é um instrumento que tem que existir e, neste mandato, sempre apoiaram o processo e defenderam que viesse o mais depressa possível. Questionou se no dia quinze de setembro se esgota a possibilidade de os processos submetidos serem analisados pelos serviços, pois se os serviços não tiverem capacidade para responder a tal volume de processos irá haver cidadãos tomarenses ou outros



q.

Investidores que verão os seus processos aprovados ou viabilizados e outros não, mesmo tempo entrado ao mesmo tempo: é uma injustiça e precisam de saber como é que vão resolver estes problemas. Perguntou qual é a situação dos processos de revisão dos planos de pormenor, instrumentos fundamentais para a gestão do território que vão especificar aquilo que está no Plano Diretor Municipal na área em concreto que abrangem, se há compatibilidade entre os planos de pormenor em alteração - que são dos mais importantes para o concelho - e esta versão do Plano Diretor Municipal, e se não acontece, por exemplo, haver para a mesma zona uma área de construção de mil metros no plano diretor e de mil e duzentos metros no plano de pormenor.-----

A Sra. Presidente frisou que vão ter uma sessão apenas sobre o Plano Diretor Municipal e que, às vezes, é preciso estar com atenção aos documentos que são submetidos a este órgão, porque apresentaram uma proposta de alteração ao contrato de Vila Nova; se não pudessem ou não quisessem manter o empreendimento não proporiem uma alteração ao contrato e deixavam que caísse.-----

O Sr. Vereador José Delgado referiu que é legítimo o que perguntou.-----

A Sra. Presidente realçou que o Sr. Vereador José Delgado votou favoravelmente essa proposta, sendo certo que o contrato traz ónus para a coisa pública, para além de que o Plano Diretor Municipal contempla um prazo de execução para os investimentos independentemente da sua natureza, para que as coisas não se arrastem durante anos e nada aconteça. Referiu que, quando se iniciar a discussão pública, os particulares que pretendam apresentar propostas e esclarecer questões podem dirigir-se à Casa Vieira Guimarães, mas não se vai poder agradar a todos.-----

O Sr. Vereador Hugo Cristóvão referiu que, constituindo uma aproximação a uma determinada área dentro do Plano Diretor Municipal, um plano de pormenor ou um plano de urbanização têm regras próprias, mas não podem inverter a regra máxima; no caso do Plano de Pormenor das Avesadas, o Plano Diretor não refere nada em particular porque as regras específicas são as do plano de pormenor; em algumas questões, o Plano de Pormenor do Flecheiro também não – cotas de cheia do rio Nabão, por exemplo; a Agência Portuguesa do Ambiente fez muita pressão nessa matéria porque os estudos não foram feitos na mesma altura e poderiam aparecer dados diferentes para as cotas máximas de cheia (chamam-lhes cheias dos cem anos, mas já existem as cheias dos quinhentos anos e as dos mil anos); tudo isso está o mais possível articulado para que as coisas batam certo, até porque, seja para o Plano Diretor Municipal, seja para o Plano de Pormenor, há sempre as conferências decisórias



J.
[Signature]

e as entidades emitem os seus pareceres e fazem as suas exigências, mas também têm uma visão global; há várias questões que se deixaram para o âmbito dos planos de pormenor, porque é o que faz sentido; o mesmo aconteceu em toda a zona abrangida pelo Plano de Ordenamento da Albufeira do Castelo do Bode, que está em revisão, tentando o mais possível não alterar nesse território, para que não estivessem a impor regras que depois, eventualmente, o POACBE não fosse tão exigente; tentou-se o mais possível deixar as coisas um bocadinho em aberto nesse território, adotando as regras do plano especial em vigor, que não se ser objeto de revisão nesse âmbito. Salientou que, apesar da ideia que impera na comunidade, de que os técnicos são demais no município, isso não é verdade; na parte do licenciamento de obras particulares, há uma equipa equilibrada; na parte do planeamento, podia haver mais um ou outro técnico, mas é o que é possível; há técnicos que ingressaram recentemente nas equipas e ainda há um bocadinho a fazer para estarem todos totalmente habilitados a dar a melhor resposta aos munícipes, mas, ainda assim, não vai acontecer que, tendo entrado no mesmo dia, um processo seja respondido e outro não. Salientou que estão a atrasar o envio do aviso para publicação no Diário da República para tentar garantir o mais possível, com grande esforço dos serviços, que pelo menos o que entrou até ao dia quinze de setembro, tenha resposta e isso vai acontecer, salvo algum caso muito excecional, até porque há situações, mesmo de pedidos de informação prévia, que precisam de pareceres externos e as entidades têm prazo para se pronunciar; é provável que muitos dos que entraram depois disso ainda vão ter resposta, mas não podem estar eternamente à espera de algum caso, e também é verdade que muitos pedidos deram entrada só para marcar calendário; é uma parcela menor das muitas dezenas de pedidos de informação prévia e de licenciamento que entraram neste último mês, mas muitos entraram sem dados, sem o mínimo essencial para se poder dar uma resposta, para depois poderem dizer que fizeram o pedido em tal dia e não tiveram resposta, mas vão ter e alguns já foram informados que o pedido não contém os dados para poder ser respondido. -----

O Sr. Vereador José Delgado perguntou se não há hipótese de alargar por mais uma semana o prazo para que os pedidos que reúnam condições para licenciamento ou viabilização sejam garantidamente apreciados. Defendeu que não podem confundir os pedidos para cumprir calendário, que devem ser rejeitados de imediato, para não se perder tempo, com aqueles que tenham condições para licenciamento, porque têm a ver com a vida das pessoas e com investimentos. Referiu que andam há muito tempo a dizer que a Câmara precisa de mais



e.
[Signature]

técnicos nesta área porque os que existem ainda não são suficientes para a dimensão de Tomar, e ainda bem que vieram novos técnicos para reforçar a capacidade dos serviços.-----

A Sra. Presidente frisou que mesmo os pedidos para cumprir calendário exigem intervenção dos recursos humanos.-----

O Sr. Vereador Luís Ramos pediu para ser esclarecido porque foi dito que, em sede de discussão pública, os munícipes poderão apresentar as suas propostas e que estas, conforme a sua viabilidade, podem ou não ser integradas no Plano Diretor Municipal, mas também foi referido que nada pode ser alterado na proposta aprovada em dois mil e dezasseis.-----

Em resposta, **o Sr. Vereador Hugo Cristóvão** disse que, desde que entregou a proposta, em dois mil e dezasseis, o município não pode alterar nada até à discussão pública, que é a fase que a lei prevê para auscultação dos interessados; independentemente da viabilidade do que vier a ser apresentado nessa fase, tudo terá que ser objeto de análise e colocado às entidades responsáveis pelas diferentes matérias; a probabilidade de haver alterações é pequena, e vai sempre depender de cada uma dessas entidades, mas existe; ao município cabe recolher, trabalhar e enviar às entidades as propostas e sugestões, e defendê-las dentro do possível, a exemplo que tem feito nos últimos três anos. Frisou que o Município é apenas uma entidade interveniente no procedimento de revisão do Plano Diretor Municipal porque, formalmente, é a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo que o dirige. -

A Sra. Presidente deu nota de que, na fase de discussão pública do Plano Diretor Municipal de Ourém se verificaram mais de novecentas participações.-----

O Sr. Vereador Luís Ramos expressou um voto de congratulação ao Município de Tomar pelas bolsas de estudo que atribuiu aos estudantes do concelho que frequentam o ensino superior. Referiu que, no dia vinte e um, uma viatura caiu ao rio Nabão sendo, em quatro anos, o quarto caso que ocorre na margem esquerda, na zona do Mercado, onde não existe qualquer proteção que possa impedir ocorrências deste género, pelo que consideram necessário que seja ponderada a colocação dessa proteção. Tendo sido removidos da rua D. Aurora de Macedo os contentores do lixo, e colocados junto à Mata Nacional dos Sete Montes, perguntou se foi a título definitivo ou se é para repor, porque há moradores com idade avançada e com mais dificuldade para se deslocarem para depositar os seus resíduos. Tendo em conta a proposta apresentada pelos Vereadores do PSD para criação de uma ecovia que ligue as principais cidades e vilas do Médio Tejo, e a notícia publicada no Mirante desta semana que dá conta que Ourém e Fátima avançaram com um projeto no âmbito de uma candidatura dirigida às Comunidades Intermunicipais e a municípios contíguos que pretendam construir



q.
[Signature]

108

ciclovias entre os seus territórios, perguntou se será possível fazer o estudo preconizado na proposta e pô-la em prática. -----

A Sra. Presidente recordou que há um projeto de reabilitação da margem esquerda do rio Nabão, entre a Ponte Nova e a Ponte do Flecheiro, que pretende dar continuidade à intervenção realizada na margem do parque de Santa Iria, estando a decorrer os procedimentos de contratação para realização da obra, que já tem a licença da Agência Portuguesa do Ambiente, válida por um ano. -----

O Sr. Vereador Hélder Henriques informou que, temporariamente, foram deslocalizados os três contentores da parte sul da rua D. Aurora de Macedo, porque, por força da interdição do trânsito na rua Infantaria Quinze, não havia condições de acesso para o carro que assegura a recolha do lixo. -----

Respondendo à questão sobre a criação de ciclovias a ligar várias cidades, **a Sra. Presidente** informou que o aviso de candidatura que está aberto visa a criação de ciclovias entre concelhos e só as Comunidades Intermunicipais se podem candidatar; a ligação Ourém-Fátima é dentro do mesmo concelho e não é elegível no âmbito desse aviso, mas, dependendo da decisão dos municípios, está a ser planeada a ligação Entroncamento-Barquinha e, em segundo plano, a ligação Ourém-Fátima-Alcanena. Referiu que, no âmbito desse aviso, também é possível obter financiamento para a compra de bicicletas e respetivo sistema de gestão e Tomar, que pretende implementar um sistema integrado de gestão de bicicletas, fez um compasso de espera no lançamento do procedimento de contratação para avaliar da possibilidade de avançar em conjunto com outros municípios da Comunidade Intermunicipal que estejam interessados, sendo que Torres Novas já manifestou interesse; se não houver mais interessados, está previsto Tomar avançar sozinho, mesmo que sem financiamento, estando a ser recebidas as últimas empresas para apresentar as soluções disponíveis. -----

A Sra. Vereadora Célia Bonet referiu que se têm verificado alguns constrangimentos, do seu ponto de vista graves, em matéria de iluminação pública, nomeadamente na alameda Um de Março, que tem estado muito tempo praticamente às escuras, por falta de lâmpadas ou devido a problemas técnicos, e na avenida Cândido Madureira. Disse que as pessoas têm manifestado preocupação perante a situação e que é preciso compreender o que se passa e qual é a origem do problema, ainda mais quando se trata de ruas principais da cidade e se aproxima a hora de inverno. No que se refere à revisão do Plano Diretor Municipal, referiu que é um facto que há um ano que se fala que vai para discussão pública, e que as pessoas deviam ter apressado as suas propostas, mas nem todas as pessoas têm acesso a essas informações, que são mais



técnicas; acham que houve um pequenino problema na divulgação e que podia ser sido um bocadinho mais eficaz, e gostariam que, antes de ser pedida a publicação em Diário da República, a plataforma estivesse operacional. Perguntou se já está tudo resolvido e se a plataforma já disponibiliza toda a documentação. -----

Em resposta, o **Sr. Vereador Hugo Cristóvão** informou que já está tudo inserido na plataforma há mais de uma semana, com exceção do formulário para participação, que só ficará disponível no dia em que, formalmente, tiver início a discussão pública. Sublinhou que, em regra, a generalidade dos municípios só disponibiliza a informação no dia em que se inicia a discussão pública, mas, em Tomar, a proposta de revisão esteve online desde dois mil e dezasseis e houve a preocupação de, um mês antes da discussão pública, ter também toda a documentação disponível, tendo-se começado pela parte geográfica, que permite selecionar os terrenos através das respetivas coordenadas, o que é uma grande vantagem para os interessados, e depois para os serviços. Salientou que ainda não enviaram para publicação no Diário da República porque assim que o fizerem deixam de controlar em que dia é publicado, precisamente para garantir que os serviços municipais respondem o mais possível a todos os pedidos que entraram até dia quinze, e seguramente mais do que isso; só quando tiverem essa certeza, ainda esta semana, ou na próxima, procederão ao envio para publicação, que demora entre uma e duas semanas, e terão uma perceção mais exata da data do início da fase de discussão pública. -----

Em resposta à questão dos problemas na iluminação pública, a **Sra. Presidente** deu nota de que estão identificados mais locais para além dos reportados; na alameda Um de Março, os problemas já se arrastam há uns meses, é a EDP quem tem que resolver a questão e pode demorar mais um pouco; o problema que se tem verificado na avenida Cândido Madureira, e noutros locais, está a ser avaliado pela Ferrovial e pela Softinsa, no âmbito do contrato de eficiência energética no sistema de iluminação pública, porque tudo indica que o sistema LoRa não esteja a funcionar, estando já marcada uma reunião para apresentar as soluções. Referiu que não se compreende que, na cidade, ainda não estejam colocadas todas as luminárias novas, como acontece na rua Major Ferreira do Amaral, e, há cerca de três semanas, está no terreno uma equipa constituída por trabalhadores municipais e elementos da Ferrovial e da EDP, para verificar se está tudo colocado e onde; ou há locais com luminárias a mais e estão a faltar noutros sítios ou houve um erro, mas estranha se assim for porque o concurso foi lançado com base no cadastro da EDP. -----

A **Sra. Vereadora Célia Bonet** salientou que, na alameda Um de Março, a situação ocorre



q
[Handwritten signature]

110

desde abril e são muitos meses para um problema numa das principais artérias da cidade, para além de que também há candeeiros sem luminárias rua Alexandre Herculano e na rua de Coimbra. Referiu que não se pode desculpar uma coisa destas num contrato que não foi pequeno com uma empresa que tem prestígio.-----

A Sra. Presidente informou que a empresa não está a ser remunerada porque entendem que não estão reunidas as condições para que isso aconteça.-----

A Sra. Vereadora Filipa Fernandes começou por agradecer publicamente a todas as empresas, parceiros e espetadores do projeto Tomar ComVida, que envolveu dezenas de artistas e milhares de pessoas, e foi um sucesso, provando que, com as novas regras a que estão obrigados, é possível dotar os territórios de cultura e continuar a viver a vida de forma segura; vivem momentos muito complicados em virtude desta pandemia que a todos muito afetou, mas precisam de perceber que estão muito focados na saúde física e descaram muito a saúde mental; para o equilíbrio físico e mental, para viver em harmonia, têm que alimentar a alma e para isso é fundamental o contacto social e o contacto com a cultura, com a arte e com o entretenimento. Referiu que admira muito a equipa de que faz parte, pela coragem e pela atitude que têm em enfrentar as situações e os problemas, também a coragem política, porque é muito fácil cair no abismo, ficar a olhar e não fazer nada, é muito menos polémico e dá muito menos críticas sociais, mas não foi para isso que foram eleitos e, seja na habitação social, na reabilitação urbana ou não cultura, estão cá para fazer e para desenvolver, e não podem ser acusados de não o estar a fazer; o Tomar ComVida foi mais uma prova de que estão atentos aos setores fundamentais para o desenvolvimento do território. Enalteceu as seis empresas tomarenses – Andamento Produções, FrentMaster, José Noivo – Luz e Som, FH5, Singular Box e Triestudio - que abraçaram este desafio e, com profissionalismo, dedicação e empenho, em parceria com o município, provaram que é possível terem cultura. Agradeceu aos funcionários do município que, num momento em que o medo ainda era muito patente, meteram as mãos à obra, arregaçaram as mangas e montaram todo este evento, com muita garra e muito empenho. Por último, agradeceu aos que acreditaram, apoiaram e congratularam por esta iniciativa porque, com isso, deram-lhes força para continuar e para chegar ao fim. -----

Terminado o Período de "Antes da Ordem do Dia", a Sra. Presidente apresentou, para aprovação, as atas das reuniões realizadas nos dias oito e vinte e dois de junho de dois mil e vinte, cuja leitura foi dispensada por terem sido distribuídas previamente a todos os membros da Câmara Municipal, as quais foram aprovadas por unanimidade.



J.
[Signature]

111

Nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do CPA, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, por não ter estado presente, a Sra. Vereadora Célia Maria Nunes Azevedo Bonet não participou na aprovação da ata da reunião realizada no dia vinte e dois de junho. -----

Seguidamente, a Câmara passou a deliberar de acordo com a Ordem do Dia:-----

BALANCETE: - Foi presente o balancete (Resumo Diário de Tesouraria) do movimento de fundos de Tesouraria Municipal, do dia vinte cinco de setembro de dois mil e vinte, o qual acusa os seguintes saldos: quatro milhões, noventa e um mil, seiscentos e noventa e quatro euros, sete cêntimos (4.091.694,07€) em Operações Orçamentais, e cento e noventa e três mil, quinhentos e oitenta e sete euros, vinte sete cêntimos (193.587,27€) em Operações Não Orçamentais. -----

PROPOSTAS:-----

PROPOSTAS DA PRESIDENTE:-----

N.º 01 –ACORDO DE FINANCIAMENTO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE PÚBLICO ESSENCIAIS NO MEDIO TEJO (setembro a dezembro de 2020) -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal a minuta do acordo de financiamento dos serviços de transporte público essenciais a vigorar no Médio Tejo, no período escolar de setembro a dezembro 2020, no âmbito do Decreto-Lei n.º 14-C/2020, de 7 de abril, e do Decreto-Lei n.º 39-A/2020, de 16 de julho, a celebrar com a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo e os municípios que a constituem. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a minuta do acordo para o financiamento dos serviços de transporte público essenciais a vigorar no período escolar, de setembro a dezembro 2020. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 02 – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM O INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS E A DIREÇÃO-GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o protocolo de colaboração celebrado entre a Direção-Geral do Património Cultural, o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas e o Município de Tomar, para fomentar a acessibilidade entre o conjunto Castelo Templário/Convento de Cristo - Mata Nacional dos Sete Montes - Centro histórico da cidade de Tomar, através da porta sita na designada Torre da Condessa e, simultaneamente promover, preservar e requalificar de forma integrada estes espaços num único, coordenado entre as três entidades. -----



Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o referido protocolo de colaboração.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

PROPOSTAS DOS VEREADORES DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA: -----

N.º 03 – CRIAÇÃO DE UM OBSERVATÓRIO DA ECONOMIA TOMARENSE -----

Foi presente a seguinte proposta dos Srs. Vereadores do Partido Social Democrata: -----

“A realidade económica de Tomar está em constante mutação e nesta altura está a sofrer as consequências ainda imprevisíveis da atual pandemia. É importante que os decisores tenham um conhecimento o mais aprofundado possível da realidade que nos rodeia. Antes de decidirmos para onde queremos ir, temos de saber onde e como estamos. -----

Qual a atual realidade das empresas no concelho de Tomar, quais as tendências e os desafios do mercado de trabalho, quais os efeitos da pandemia na nossa economia, quais os efeitos da evolução tecnológica das empresas. Estas são algumas das questões para as quais devemos procurar respostas exatas e fundamentadas de modo a que os decisores políticos possam definir políticas e prioridades de investimento. -----

Nesse sentido, propomos que, em articulação com o Instituto Politécnico de Tomar, onde funciona um curso de gestão de empresas, a ACITOFEBE e eventualmente a Nersant, a Câmara estude a possibilidade e a pertinência de criação de um Observatório da Economia em Tomar.”.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta.-----

N.º 04 – APOIO AO COMÉRCIO LOCAL ATRAVÉS DA CRIAÇÃO DE LOJAS ONLINE-----

Foi presente a seguinte proposta dos Srs. Vereadores do Partido Social Democrata: -----

“No atual contexto, o Município de Tomar pode apoiar o relançamento e a transição digital do comércio local. -----

À semelhança do que já fez Viseu e Caldas da Rainha, por exemplo, é fundamental impulsionar a digitalização do comércio tradicional de Tomar, através da criação de lojas online para os produtores locais e empresários aderentes. Importa criar uma notoriedade regional e nacional para a qualidade e a acessibilidade da oferta local.-----

A nossa proposta é que o Município de Tomar desenvolva uma parceria com os CTT, através da participação na aplicação móvel (APP) “CTT Comércio Local” (lançada em junho).-----

Na vertente do utilizador, quem descarregar a APP “CTT Comércio Local”, disponível na APP Store e na Google Play, pode aceder às lojas online criadas e, assim, realizar as suas compras



o.
[Handwritten signature]

a partir de casa com comodidade, segurança e facilidade. Essa aplicação assegura a transação comercial/bancária e disponibiliza serviços logísticos e de transportes. -----
Esta é uma oportunidade para a transição digital do pequeno comércio e dos produtores de Tomar. Pode funcionar como um trampolim para uma economia local mais aberta e inovadora. Nesse sentido, propomos:-----

Que o Gabinete de Desenvolvimento Económico e o Gabinete de Economia Local Sustentável desenvolvam o processo para que esta parceria seja uma realidade. -----

Que, durante o primeiro ano de adesão, o Município assegure os custos para todos os produtores e comerciantes aderentes.”.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por maioria de quatro votos contra da Sra. Presidente, da Sra. Vereadora Filipa Alexandra Ferreira Fernandes e dos Srs. Vereadores Hugo Renato Ferreira Cristóvão e Hélder Duarte Henriques, não aprovar a proposta.-----

INFORMAÇÕES: -----

INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE:-----

N.º 05 – COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADAS POR DELIBERAÇÃO DE 25 DE OUTUBRO DE 2017 -----

Foram presentes, para conhecimento, os despachos efetuados em setembro pela Sra. Presidente, ao abrigo das alíneas d), f) e ee) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

A Câmara tomou conhecimento.-----

INFORMAÇÃO DO VEREADOR HUGO CRISTÓVÃO: -----

N.º 06– ESTATÍSTICAS DO GABINETE MÉDICO-VETERINÁRIO 2020 -----

Foi presente, para conhecimento, o relatório geral das atividades e resultados do Gabinete Médico-Veterinário, nos meses de janeiro a agosto do corrente ano. -----

A Câmara tomou conhecimento.-----

DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS: -----

N.º 07 – EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA DA RUA CORREDOURA DO MESTRE – Conta final -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 5010/2020 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a conta final da empreitada de requalificação urbanística da Rua Corredoura do Mestre, adjudicada a Contec - Construção e Engenharia, SA, pelos fundamentos apresentados. -----



Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a conta final da empreitada, no valor de 689.748,10€ (seiscentos e oitenta e nove mil, setecentos e quarenta e oito euros, dez cêntimos), onde se inclui trabalhos executados para suprimento de erros e omissões, trabalhos a mais, revisões de preços e o IVA correspondente, para efeitos do n.º 1 do artigo 399.º do Código dos Contratos Públicos.-----

Mais deliberou notificar o empreiteiro da conta de empreitada ora aprovada, concedendo o prazo de 15 dias para assinar ou deduzir reclamação fundamentada, nos termos e para os efeitos da legislação aplicável. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DIVISÃO DE ASSOCIATIVISMO, DESPORTO E JUVENTUDE:-----

N.º 08 – REDUÇÃO NO VALOR DA RENDA DO PAVILHÃO DA NABÂNCIA -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão submetendo a aprovação do Executivo Municipal, no seguimento do pedido formulado pelo Ginásio Clube de Tomar, proposta de isenção de 50% do valor da renda do Pavilhão da Nabância, pelo período de 12 meses, pelos fundamentos apresentados na informação n.º 821/2020 da Divisão de Associativismo, Desporto e Juventude.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a isenção de 50% do valor da renda, por 12 meses, conforme proposto.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, INTERVENÇÃO SOCIAL E AMBIENTE:-----

N.º 09 – CARACTERIZAÇÃO ESCOLAR – ANO LETIVO 2020/2021 -----

Foi presente, para conhecimento, caracterização escolar do presente ano letivo, relativa aos estabelecimentos de educação/ensino público do concelho de Tomar, excetuando o Instituto Politécnico de Tomar.-----

A Câmara tomou conhecimento.-----

DIVISÃO DE TURISMO E CULTURA:-----

N.º 10 – PREÇO DE VENDA DO LIVRO ALDEIAS E LUGARES DE TOMAR -----

Foi presente proposta da Sra. Vereadora Filipa Fernandes submetendo a aprovação do Executivo Municipal o preço de venda do livro Aldeias e Lugares de Tomar, editado pelo Município, nos termos da informação n.º 451/2020 da Divisão de Turismo e Cultura.

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou fixar o preço de venda em 26,00€ (vinte seis euros), que inclui o IVA. --

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**DIVISÃO FINANCEIRA: -----****N.º 11 – EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO E07 DO COMPLEXO CULTURAL E MUSEU DA LEVADA – revogação da decisão de contratar -----**

No seguimento da deliberação tomada a 30 de março, foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal a revogação da decisão de contratação da empreitada de construção do edifício E07 do Complexo Cultural e Museu da Levada, nos termos e fundamentos da informação n.º 1433/2020 da Divisão Financeira. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou revogar a decisão de contratar, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 79.º e n.º 1 do artigo 80.º do Código dos Contratos Públicos. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----

N.º 12 – EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇOS EXTERIORES DA AVENIDA CORONEL GARCÊS TEIXEIRA E DA AVENIDA DR. AURÉLIO RIBEIRO – procedimento de contratação -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho que, na sequência da ata da reunião do júri do procedimento de contratação da empreitada de requalificação de espaços exteriores da avenida Coronel Garcês Teixeira e da avenida Dr. Aurélio Ribeiro, realizada a 11 de setembro, aprovou novo programa do procedimento e nova lista de trabalhos. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho n.º 2429/PR/2020, de 14 de setembro, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----

Terminados os trabalhos, sendo dezasseis horas e cinquenta e três minutos, a Sra. Presidente declarou, em nome da Lei, encerrada a reunião. -----

Para constar se lavrou a presente ata, que eu, Avelina Maria Lopes Leal, Coordenadora Técnica, designada para o efeito pelo despacho 25/2015 da senhora Presidente da Câmara Municipal, de 25 de fevereiro, mandei escrever e subscrevo. ---

Avelina Maria Lopes Leal